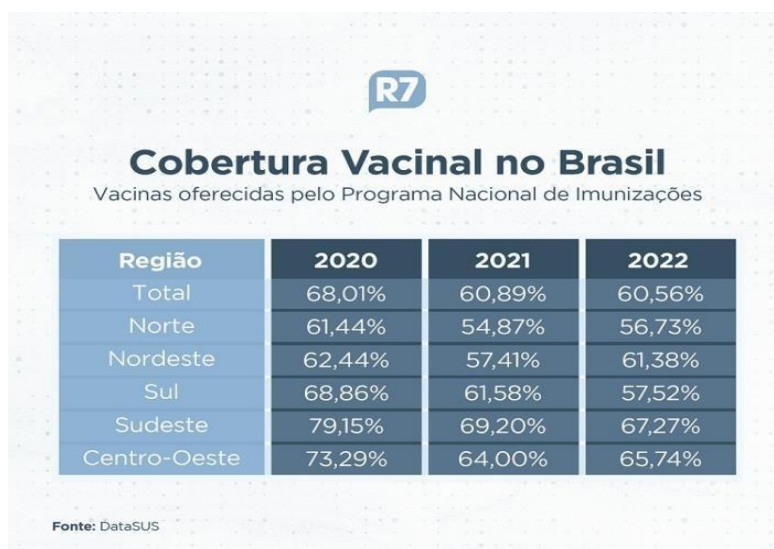


PROPOSTA DE REDAÇÃO – 3ª SÉRIE:

Texto I



Texto II

Retomar a imunização Editorial

No dia 5 de maio, a Organização Mundial da Saúde decretou o fim do estado de emergência da pandemia de Covid-19. Mesmo assim, a situação ainda inspira cuidados.

Na semana epidemiológica do fim do mês de maio, 22,2 mil novos casos e 243 óbitos foram registrados no Brasil. O aspecto alarmante, de fato, arrefeceu graças aos imunizantes. Mas, apesar dos benefícios constatados, a cobertura vacinal contra o Sars-CoV-2, no país, enfrenta dificuldades.

Os dados sobre a vacina bivalente — que combina a cepa original com a “ômicron”, predominante em todo o mundo — são sintomáticos.

Apesar de ter sido lançada em fevereiro para grupos prioritários e liberada no final de abril para toda a população acima de 18 anos, até agora apenas 12,1% dos brasileiros tomaram o imunizante. São Paulo, estado com melhor desempenho, tem somente 17,2% de cobertura; Roraima e Acre têm ínfimos 3,6% e 4,4%, respectivamente.

Ademais, a pandemia impactou a imunização contra outras doenças. Em abril, o Unicef chegou a emitir um alerta: a vacinação contra sarampo, caxumba e rubéola, no Brasil, caiu de 93,1%, em 2019, para 71,5% em 2021, e a da poliomielite, de 84,2% para 67,7%.

Os índices já vinham caindo desde 2016, mas a tendência acentuou-se na crise sanitária. O colapso dos serviços de saúde e o medo das famílias de se contaminarem com o coronavírus levaram à queda na vacinação — na primeira infância, crianças são imunizadas contra ao menos 17 doenças.

Não à toa, uma das prioridades listadas por Nísia Trindade, ministra da Saúde, em entrevista à “Folha”, foi a ampliação da cobertura vacinal. A chefe da pasta reconhece que há problemas e aponta que o governo voltou a fazer campanha de conscientização — de fato, lançada em 27 de fevereiro.

É bem-vinda a intenção de focar o trabalho em áreas carentes, como a região amazônica, e de articular lideranças religiosas, formadores de opinião e Ministério da Educação para esclarecer a população sobre a importância da imunização.

Nísia também falou sobre o perigo da desinformação “on-line”, publicada inclusive por médicos. O Conselho Federal de Medicina, por óbvio, tem o dever de avaliar e julgar os casos. Mas, dado que o enfraquecimento da cobertura vacinal é anterior à pandemia, é preciso diagnosticar os gargalos no programa de imunização brasileiro, não apenas contra o coronavírus.

Fonte: “Folha de São Paulo”

Texto III

É hora de promover a imunização de idosos **Artigo de opinião**

A OMS considera imunização ao longo da vida um dos pilares da atenção primária à saúde e um direito de todos. Mas milhões de pessoas, mundo afora, têm acesso insuficiente a vacinas. Em alguns países, progressos na cobertura estacionaram ou reverteram-se. É o lamentável caso do Brasil.

A pandemia de Covid refrisou a importância das vacinas. Sem elas, haveria milhões de mortes e de complicações graves a mais. Foi um sinal de alerta: o negacionismo combinado com a falta de letramento científico mata em grandes números. Afinal, embora o Brasil perfaça apenas 3% da população mundial, contribuímos com mais de 11% das mortes.

Não é só a vacina contra Covid. Gozávamos de uma posição privilegiada no ranking de cobertura vacinal. Retrocedemos. No que diz respeito à população idosa, ainda prevalece, entre muitos, a noção de que vacina “é coisa para crianças”. Profissionais de saúde são essenciais para derrubar esse mito, mas faltam-lhes informações e oportunidades para assegurar que pessoas idosas sejam imunizadas.

E não só contra a gripe: vacinas pneumocócicas, tétano, difteria, coqueluche, hepatite B devem ser aplicadas como rotina. Outras ainda não disponibilizadas pelo SUS deveriam passar a sê-lo, como contra o herpes zoster, doença não comumente letal, mas que leva a imenso sofrimento e a altos custos por internações evitáveis.

A OMS lançou, em 2022, a Estratégia de Imunização Agenda 2030, que pode salvar 50 milhões de vidas na corrente década. Ao se vacinar contra a gripe, lembre-se de colocar sua carteira vacinal em dia.

Fonte: “Folha de São Paulo”, por Alexandre Kalache (médico gerontólogo, presidente do Centro Internacional da Longevidade e ex-diretor do Departamento de Envelhecimento e Saúde da Organização Mundial da Saúde (OMS))

Texto IV

Precisamos voltar a ser o país do Zé Gotinha **Artigo de opinião**

Quem lê notícias hoje sobre vacinação até esquece que o Brasil foi referência em imunizações. O homem que ocupava a Presidência durante a pandemia não tem vergonha de repetir que não se vacinou contra a Covid-19. De referência, o Brasil passa a ser vergonha mundial, em que o ex-presidente é investigado por fraudar cartão de vacina, dele e de sua filha menor de idade.

Nem sempre foi assim. Foram décadas de políticas para o Brasil se tornar modelo em termos de logística e comunicação sobre imunizações. O Programa Nacional de Imunizações, por exemplo, universalizou o acesso a vacinas e completa meio século neste 2023.

O Zé Gotinha virou ícone de gerações desde que foi criado em 1986. Por meio de uma comunicação acessível e educativa com as crianças, Zé Gotinha foi peça fundamental para a erradicação da poliomielite no país. A comunicação efetiva, somada a uma logística ampla e eficiente, viabilizou que a cobertura das demais vacinas também melhorasse, como sarampo e rubéola.

Mas ele não atuou sozinho. O Estatuto da Criança e do Adolescente estabeleceu a obrigatoriedade de vacinação em casos recomendados pelas autoridades sanitárias, e o Bolsa Família sempre teve como condicionalidade manter a caderneta de vacinação em dia.

Foi assim, por meio de políticas articuladas, que o Brasil passou a ter uma das populações mais imunizadas do mundo. Nos últimos anos, as coberturas vacinais vêm caindo e as metas não têm sido alcançadas. Doenças já controladas voltam a ser motivo de preocupação. A poliomielite, a mesma que Zé Gotinha trabalhou tanto para erradicar, atingiu apenas 52% de cobertura vacinal em 2022. Surtos recentes de sarampo, cuja vacinação cai a cada ano, ameaçam a população. Sem falar nas centenas de milhares de vidas perdidas para a Covid-19 que poderiam ter sido evitadas se imunizantes tivessem sido comprados a tempo.

A desconfiança contra as vacinas, profundamente alimentada pelo ex-presidente, tem base em notícias falsas. Um dos maiores mitos sobre vacinas afirma que elas causam autismo e surgiu de um estudo fraudulento de 1998. O pesquisador foi desmascarado e teve sua licença cassada. Desde então, a relação entre vacinação e autismo foi bastante investigada e nunca provada. Tem tanto fundamento quanto achar que vai virar jacaré se tomar vacina.

Bolsonaro e seu desprezo por vacinas deixaram muitas sequelas: crise de saúde pública, descrédito das instituições, democracia fragilizada. Reconquistar a confiança da população nas vacinas é urgente, com políticas e comunicação constante. Enquanto isso, vemos a volta de doenças graves, antes que possamos voltar a ser o país do Zé Gotinha.

Fonte: “Folha de São Paulo”, por Priscila Bacalhau (doutora em economia, consultora de impacto social e pesquisadora do FGV EESP CLEAR)

Texto V



Charge retratando o cientista Oswaldo Cruz como “esfolador” do Zé Povo

Texto VI



Texto VII



Texto VIII

A escola como espaço de promoção da saúde
Artigo de opinião

Muitos de nós que temos filhos em idade escolar vivemos momentos de aflição e dor nas últimas semanas com os recentes ataques a escolas em diferentes estados do país. Diante da preocupação de pais, alunos e professores, algumas escolas aproveitaram para promover reflexões e debates. Em lugar de pânico, atenção à saúde mental de crianças e professores. É dessa perspectiva — e como mãe de duas adolescentes — que defendo a ampliação do papel da escola como promotora da saúde.

Uma pesquisa do Instituto Locomotiva, realizada a pedido da Pfizer, mostrou que a maioria dos pais vê na escola uma aliada para facilitar a vacinação de seus filhos: 76% acreditam que lá é o local ideal para a aplicação de doses e 79% gostariam que a comunidade escolar ajudasse a lembrar as doses previstas.

Eu mesma fui vacinada na escola — faz alguns anos, claro —, e foi nesse espaço que minhas filhas receberam várias doses quando morávamos no Chile. Esses dados são ainda mais relevantes quando se considera que 66% dos pais relataram já ter atrasado a vacinação dos filhos ou deixado de imunizá-los por falta de tempo, distância entre sua casa e o local da aplicação, perda da carteirinha ou dificuldades para lembrar as datas, isso quando vemos contínuas quedas na cobertura vacinal infantil.

Ao mesmo tempo, a comunidade escolar também tem um papel no enfrentamento da desinformação. As “fake news” sobre vacinação são geradas no mesmo ambiente digital e, às vezes, pelas mesmas redes que criam e alimentam medo e violência real ou imaginária junto a jovens e adolescentes. Uma outra pesquisa, realizada também a pedido da Pfizer pelo Ipec, mostra o quanto o submundo da internet tem impacto negativo: 59% dos pais declararam que a Covid-19 é a doença que mais os preocupa, mas 31% não reconhecem que as vacinas protegem crianças ou adolescentes de formas graves da doença.

A pesquisa também mostrou a relevância de se promover um ambiente de maior informação sobre vacinação e saúde de maneira geral: 67% dos entrevistados disseram já ter recebido “fake news” sobre vacina e 35% afirmaram que, por conta delas, ficaram em dúvida sobre vacinar o filho. A sociedade precisa agir contra essas redes de desinformação. Alguns caminhos são o fortalecimento do jornalismo de qualidade, a expansão dos canais de comunicação de instituições governamentais e, claro, a atuação da comunidade médica, importante fonte de orientação para as famílias. Mas, como fica claro pelo levantamento da Locomotiva, as escolas são também um espaço para este enfrentamento.

Nossas instituições de ensino estão conosco desde cedo, ensinando, por exemplo, a como escovar os dentes e lavar as mãos, destacando a importância do conhecimento e da ciência. Além de enfrentar o enorme desafio de entregar uma educação de qualidade em meio a tantas dificuldades, as escolas também podem ser um espaço de debate e informação sobre saúde, gerando conversas que vão da carteirinha de vacinação a como ter uma vida digital saudável. Quando nos informamos, também nos protegemos.

Fonte: “Folha de São Paulo”, por Marta Díez (presidente da Pfizer Brasil)

Proposta de Redação: A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema: **“A questão referente à queda da cobertura vacinal no Brasil”**, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

INSTRUÇÕES PARA A REDAÇÃO

1. O rascunho da redação deve ser feito no espaço apropriado.
2. O texto definitivo deve ser escrito à tinta, na folha própria, em até 30 linhas.
3. A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para efeito de correção.
4. **Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:**
 - 4.1. Tiver até 7 (sete) linhas escritas, sendo consideradas “texto insuficiente”.
 - 4.2. Fugir ao tema ou que não atender ao tipo dissertativo-argumentativo.
 - 4.3. Apresentar parte do texto deliberadamente desconectada do tema proposto.